

## CONTEXTO E PRÁTICA ÉTICA

\* Emerson Pires de Souza

### Resumo

A ética abrange um campo muito vasto. Um problema passa a ser ético no momento em que um ser racional deva defrontar-se com ele. São várias as questões apresentadas que nos confrontam, significativamente, no dia-a-dia, como, por exemplo: quais são nossas responsabilidades para com os outros? Em outra ordem, é abordada a questão do papel principal que é representado por divergências éticas, e não factuais, procurando explicitar que a ética precisa ser inventiva no sentido pleno da palavra.

Além desses aspectos, faz parte do propósito apresentar o ser humano mutável para construir um bem possível segundo a dimensão da realidade, e o contexto organizacional.

Palavras-chave: ética, moral, mutação, contexto.

### Abstract:

Ethics embraces a very vast field. A problem becomes ethics from the moment that a rational being confronts it. The questions which confront ourselves meaningfully in our daily lives are several, for instance: What are our responsibilities in relation to the others ones? In other aspects, it's given an approach to the main role of the ethics divergences, and not factual, making clear that ethics ought to be inventive in its full sense indeed.

Besides these aspects, part of the purpose is to show that the human being is mutable to create assets according to the reality's dimension, as well as in organizational context.

Keywords: ethics, moral, change, context.

### **Ética: a extensão do termo**

Creio na necessidade de estabelecer duas questões introdutórias. Primeira: por que ética? Porque tende a impor-se cada vez mais nas discussões sobre as orientações das ações. Segunda: o que é ética? A resposta consentida é: uma dimensão da existência. Tradicionalmente, era o termo moral utilizado nesse contexto, que permanece em uso. Assim, tem-se uma questão a explicitar e esta é de ordem semântica entre os dois termos. Considerada a etimologia das palavras, podemos dizer que são sinônimas, sendo que “ética” vem do grego “ethos”, que denota “costume”; e “moral” vem do latim “mores”, que significa “costumes”. Percebe-se, assim, com bastante nitidez, em ambos os casos tratar-se de modo de agir e de viver recebidos por determinada comunidade, de outro modo, como aquilo que sempre foi efetivamente praticado e como aquilo que é considerado como justo, convincente, recomendável; portanto, sem sofisma, como aquilo que, de fato, constitui comportamento tradicional e, também, como aquilo que, de direito, impõe-se como comportamento escorreito. Isso sugere que as duas palavras podem ser consideradas como semanticamente equivalentes.

Em que consiste o ético? É a práxis – como ação e relação – para o outro como outro, como pessoa, como sagrado, absoluto. O ético não é regido pelas normas morais, pelo que o sistema indica como bom; rege-se pelo que o indivíduo reclama, pelas necessidades do oprimido, pela luta contra a dominação, as estruturas, as relações estabelecidas. “A ordem “moral” do sistema dominante é uma totalidade de práticas humanas. A ordem ética é o sistema de práticas espirituais”, afirma DUSSEL(1986,p.64).

Não há como nos contentar com uma representação ímpar ou indeterminada. De igual modo, não podemos supor uma pré-compreensão completamente indeterminada, assim, desde o início, podemos perguntar-nos: então, por que devemos ocupar-nos com a ética? No campo da filosofia e também nas grades curriculares das escolas superiores, a ética parece ser um fenômeno que perpassa o “modismo”.

Entre os jovens intelectuais dos atuais cursos superiores, há uma atração pelas chamadas teorias críticas da sociedade, reforçada pelo interesse sobre a ética que se supõe orientar uma reflexão sobre valores reduzida ao indivíduo e ao inter-humano, em suas relações de poder, que são determinantes na vida social; estas, por sua vez, as representações éticas de um tempo. Sendo assim, ao se pretender trabalhar com a ética e não a partir de uma perspectiva de crítica da ideologia, estaríamos representando um retorno a uma ingenuidade hoje insustentável.

### **Duas são as modalidades de relação inter-humana:**

“a) há as relações diretas, onde cada um é imediatamente presente ao outro; por conseguinte, cada um participando “como pessoa”; b) há as relações indiretas, nas quais o outro só intervém de modo anônimo e abstrato, através das mediações

tecnológicas ou institucionais.[...Enquanto a ética constitui uma dimensão da existência, ela é uma dimensão da relação inter-humana, pois o aspecto concreto da existência é a vida dos existentes e esta vida é inter-humana”. (LADRIÈRE,1989,p.92):

### **Contexto do apelo inspirador**

Não vejo como desconsiderar que, tanto no âmbito das relações humanas como no político, freqüentemente julgamos de forma moral. Em referência às relações humanas, cabe observar que um vasto espaço nas discussões entre amigos, parentes, ou colegas de trabalho abrangem aqueles sentimentos que pressupõem juízos de valores, principalmente os morais. No que se relaciona ao viés político, julga-se moralmente, de forma contínua, e pensa-se valer a pena considerar que aparência teria uma disputa política não conduzida pelo menos por categorias morais.

O podium que os conceitos democracia e de direitos humanos assumiram nas discussões políticas atuais também é, mesmo que não exclusivamente, de caráter moral. Na esteira desse pensamento, a discussão sobre a justiça social, seja em âmbito micro (regional) ou macro(mundial) é também uma discussão moral. Aquele que tenciona a rejeição de um determinado conceito de justiça, quase já não pode fazê-la sem contrapor-lhe um outro conceito de justiça. Na verdade, as relações de poder de fato são determinantes, mas é digno de registro que elas necessitem do sentido moral. Somam-se aqui as questões da ecologia e da nossa responsabilidade mora para com as gerações que nos sucederão. Por fim, uma nova dimensão moralmente desconcertante, qual seja a da tecnologia genética.

### **Da filosofia extraímos a noção de que é preciso tornar compreensível em suas pressuposições a consciência moral:**

“A filosofia não pode fazer nada mais do que analisar adequadamente em suas pressuposições uma pré-compreensão existente; ela não possui nenhum ponto de referência extramundano, próprio. No entanto, esta explicação do previamente dado não é apenas a reprodução de uma instituição fechada em si mesma e não sustentável por justificações, mas trata-se de uma consciência moral que possui bons fundamentos e motivos, a favor de se distinguir tanto da posição do amoralista, quanto das posições de outras concepções de moral”.(THUNGENDHAT,1997)

A regra aceita é a de que a consciência moral não se sustenta em um fundamento absoluto, mas sobre uma textura complexa de fundamentos e motivos. A diferença básica entre um e outro é que a compreensão sobre o fundamento está alicerçada na verdade de enunciados; e motivos são fundamentos de outro tipo, justificando uma ação ou um modo de ação, ou de uma forma genérica pela aceitação de um sistema moral. Para a textura de motivos e fundamentos, que constituem a consciência moral -individual ou grupal- também pertence o fato de que a pergunta pelos motivos não apenas esteja no princípio – queremos pertencer a uma comunidade moral como tal? – mas também no final, e aqui ela ocorre em dois níveis: primeiro, temos bons motivos para querer pertencer à comunidade moral, determinada por esta concepção de conteúdo e, segundo, temos bons motivos para agir moralmente em conformidade com este conceito?

A palavra “moral” é utilizada para designar o aspecto subjetivo da normatividade da ação; de outro modo, o ponto de vista da consciência, que é necessariamente o do indivíduo. A palavra “ética” pode ser utilizada para designar seu aspecto objetivo; ou então, o ponto de vista da cultura, que é necessariamente o do grupo social. Quando falamos de “consciência moral também falamos de ética profissional ou de “ética puritana”.

### **Complementarmente a esse entendimento, registro a contribuição de Ladrière:**

“Contudo, no uso atual, parece que damos uma maior atenção a uma outra distinção: de um lado, há a inspiração que confere à ação sua orientação, pertencendo mais à natureza de um apelo; do outro, há a coerção, sentida pela consciência face à regra que a ela se impõe, e que se traduz pelo sentimento do dever. Ora, relativamente a esta distinção, o termo “ética” é corretamente utilizado para designar o apelo inspirador, e o termo “moral” para designar a norma reconhecida como impondo um dever. Segundo esta perspectiva, a ética é essencialmente constituída por uma visada possuindo um caráter global, mas pelo fato mesmo, relativamente indeterminado, enquanto que a moral é essencialmente constituída por circunscritos, possuindo, por isso mesmo, um caráter determinado. É este modo de compreender os “ética” e “moral” que encontramos, por exemplo, na obra de Paul Ricoeur”.

### **A função da ética**

É necessário ter-se estabelecida a função da ética na atividade humana, no intuito de precisar o que é esta função, para tanto fixa-se a seguinte proposição: a ética é uma dimensão da existência. A expressão “dimensão” tem uma conotação metafórica, tomada de empréstimo à linguagem da área das ciências exatas, mais precisamente da geometria. A “dimensão” é tópica, possuindo uma relação com a maneira como um espaço pode ser analisado. No caso particular, por ser ilustrativo, de um espaço vetorial, dá-se a dimensão como o número de elementos da base, uma base sendo um subconjunto linearmente independente, gerando todo o espaço.

A expressão “dimensão” é tomada não no sentido de designar o simples espaço de existir, ou o fato de ser contundente, mas no sentido em que é utilizada numa parte da filosofia contemporânea para significar o modo de ser típico do homem, enquanto radicalmente distinto do modo de ser das coisas, quer das coisas naturais, quer das coisas produzidas. A

coisa é inteiramente definida, reproduz exatamente aquilo que é, de acordo com o que manifesta de si mesma, sendo coerente consigo mesma:

“Pode ser conduzida num processo dinâmico, mas tal processo é comandado por uma lei de evolução: esta lei de evolução pode, eventualmente, fazer intervir fatores aleatórios, pode ser de uma complicação que desafia a análise, embora seja dada, pelo menos em princípio, com a coisa mesma. Esta é determinada, em sua evolução, por sua estrutura interna e pelas interações que sofre; e sua lei de evolução nada mais faz que traduzir o que resulta da ação dos dados internos e externos que definem, a cada instante, o estado da coisa”. (LADRIÈRE, 1989, p.84)

A metáfora da “dimensão” sugere que a ética constitui um dos eixos segundo o qual pode ser analisada a existência. A vida humana individual é uma realização singular de existência, podendo ser compreendida segundo os diferentes pontos de vista que constituem as “dimensões da existência”. É notório que um vetor qualquer pode ser projetado sobre um eixo referencial da base, da mesma forma uma vida determinada pode ser projetada sobre aquilo que constitui a ética da existência, compreendida do ponto de vista ético. A projeção é componente ético da vida. Com base na analogia descrita, é toda vida, em seu movimento existencial, enquanto pertence ao modo de ser da existência, que se torna presente em seu componente ético, que nele reflete de certa maneira; reciprocamente, este componente intervém a título essencial naquilo que confere a uma vida sua determinação.

“A existência é dada a si mesma, não se engendrando a partir de si; mas compete-lhe agir a partir de si, de seu ser recebido, conferir-se a si mesma a orientação de sua ação. Se tal orientação de ser estabelecida por si mesma, é preciso que ela possa encontrar em si mesma os princípios dessa orientação. É exatamente aqui que se situa a dimensão ética: se é um componente da existência, é enquanto lhe fornece os princípios que devem guiar a ação”. (LADRIÈRE, 1989, p.87)

### **A mutabilidade**

Na Idade Média, S. Tomás de Aquino reforça as teses aristotélicas. A mutabilidade da natureza humana e das normas da moralidade são tratadas por S. Tomás na doutrina sobre o direito natural, exposta nas considerações infracolocadas. “Direito natural é aquilo para o qual a natureza inclina o homem”. À primeira impressão, esta definição nos entrega à natureza, aos movimentos espontâneos que nos levam, impelidos, para o destino que ela traça sem apelo. Sendo sempre a mesma, todos e em parte, os princípios que dela emanam são sempre iguais, indemonstráveis e independentes da opinião humana. É assim que foi entendido o naturam sequere, bem no sentido do outro adágio: *volentibus fata ducunt, nolentibus trahunt*. Mas esta não é a compreensão de S. Tomás, porque longe de sugerir o fixismo da natureza e da lei natural, prega sua flexibilidade e mutabilidade segundo a variedade das condições humanas.

De início S. Tomás afirma que o conceito de natureza não é unívoco e aplicável por igual a todos os seres. Com toda certeza, os seres divinos são sempre absolutamente imutáveis por serem simples; imutáveis são também os seres físicos; por exemplo: “o fogo queima em Paris e na Amazônia”. Com os seres humanos não é assim. A natureza humana é muito, mais muito mais complexa e perfeita que uma simples realidade física. S. Tomás distingue nela um duplo aspecto e, portanto, uma dupla fonte de apetites, tendências e de direitos naturais, a saber: a) primeiramente nossa natureza é animal comum com os outros animais, da qual emanam, por exemplo, o apetite e o direito à reprodução humana e à educação da prole; b) além disso, nossa natureza é prioritariamente humana, racional, pela qual tendemos para o nosso fim. É pela dimensão racional que distinguimos o que serve e o que não serve ao fim de nossa natureza; distinguimos o que é justo do que é injusto.

É isso que quer dizer a definição do direito natural de S. Tomás: justo é aquilo para o qual a natureza nos inclina; sendo racional, ela nos inclina por sua constituição ontológica, a um fim (bem) racional - este fim se ajusta a ela. Se naturalmente justo é o que convém (se ajusta) à nossa natureza racional, injusto é o oposto ao fim e o bem dela: tendemos naturalmente para o nosso fim (bem) e naturalmente nos afastamos do que dele nos desvia (o mal). A definição de direito natural de S. Tomás assenta sobre a mutabilidade da natureza humana e sobre a conseqüente mutabilidade dos princípios éticos que dela emanam.

### **A existência da questão ética**

Há uma questão ética a partir do momento em que é feito um chamamento à iniciativa do homem, enquanto essa iniciativa não é condicionada, na inteireza de todo caso, pelo curso das coisas, pela necessidade natural. Uma questão ética surge a partir do tempo em que a ação humana faz o revezamento do curso natural das coisas. Mas isso só é possível, com a condição de registrar uma certa indeterminação no mundo. Caso nos encontrássemos num mundo totalmente dominado por determinismo radical, evidentemente que não haveria lugar para a ação propriamente humana e muito menos haveria problema ético. Antes de nos interrogar sobre a metodologia a ser utilizada na reflexão ética, precisamos interrogar-nos sobre o estatuto da ação, no contexto de uma natureza cujas leis começamos a conhecer.

Não se trata de uma ação qualquer. A ação humana não é nem desordenada nem caótica, pois é realizada em conformidade com razões, com motivações (ou com móveis situados antes da ação), com intenções (orientações da ação, dirigida para o futuro) e com objetivos (estados de coisas visados pela ação). As razões da ação se situam acima dela. Mas a ação também possui efeitos: em se tratando de uma ação que não é puramente interior, temos efeitos visíveis.

A questão que se coloca é o de sabermos se a ligação entre as razões e os efeitos da ação é do mesmo tipo que a ligação causal. Podendo-se mostrar que há uma diferença significativa entre as ligações causais e as ligações estabelecidas pela ação, teremos mostrado que há, na ação, um elemento irreduzível à análise causal, quer dizer, a um determinismo puro e simples. Pode surgir a seguinte dificuldade: poderíamos dizer que a razão da ação comanda seu desdobramento até o momento em que o efeito é posto; por conseguinte, há uma implicação do efeito nas razões da ação; portanto, um elo necessário entre essas razões e o efeito.

À luz dessa percepção, parece que aquilo que distingue fundamentalmente o elo causal do tipo de ligação estabelecido pela ação, consiste no seguinte: no caso da ação há, inicialmente, uma bifurcação. Lógico que uma situação comportando uma possibilidade de bifurcação é uma situação na qual há certa indeterminação.

A ação pode intervir onde houver uma indeterminação pelo menos relativa. E é justamente este tipo de situação que é suscitado pela tecnologia moderna. Onde existem seqüências puramente causais, encadeamentos inteiramente determinados, abrem-se, graças à intervenção da tecnologia, bifurcações cada vez mais numerosas. Ora, é justamente nesses pontos de bifurcação que se coloca o problema ético: como escolher diante de uma bifurcação.

Uma outra questão pode ser considerada: podemos registrar que o conhecimento da natureza, proporcionado pela ciência, é capaz de fornecer os critérios que procuramos? O conhecimento dos sistemas naturais induz possibilidades tecnológicas, quer dizer: bifurcações, situação de escolha. E igual tempo, esse conhecimento poderia sugerir os critérios de que precisamos para tornar nossas escolhas as mais adequadas possíveis. A esse respeito, poderíamos raciocinar da seguinte maneira: os sistemas naturais possuem condições precisas de funcionamento. Se as condições de funcionamento de um sistema não são preenchidas, este sistema se destrói.

### **O sistema sociotécnico**

Este é o conjunto complexo de elementos interdependentes que se influenciam mutuamente para produzir diferentes, nele se inclui a organização, porque sua essência é o enfoque sistêmico. Levar a ética a esse conjunto formado por seres sencientes, e fazê-lo plausível, é uma tarefa difícil. SINGER(1998) auxilia o enunciado, dizendo: “Uma ética que tenha por base os interesses de criaturas sencientes parte de premissas bem conhecidas”.

Uma organização é um sistema de recursos que procura efetivar objetivos ou conjuntos de objetivos. Um sistema é um todo complexo e organizado, formado de partes ou elementos que interagem, para realizar um objetivo explícito. (CLELAND,1975)

### **Diante dessa afirmativa, há de ser observada a contribuição de CARAVANTES(1991):**

“Os filósofos destacam que nenhuma consideração ética tem sentido senão dentro de um sistema coerente, que inclua: a) pressupostos relativos à natureza do mundo ou ao contexto dentro do qual se esteja atuando; b) noções sobre a natureza do Homem, sua capacidade e suas limitações ; c) alguma noção de propósito, que conceda significado às ações próprias que se realize, bem como ao esforço cooperativo feito com as demais pessoas.

Em muitos aspectos, e para fins de análise de suas práticas éticas tradicionais, uma organização em funcionamento pode ser considerada como um sistema coerente. Barnard foi um dos primeiros autores a destacar isso, na ênfase sobre a qualidade moral da decisão voluntária de fazer parte do risco cooperativo que chamamos “organização”.

As organizações são grupos sociais criteriosamente orientados para a realização de objetivos ou finalidades, podendo ser classificadas em duas categorias: produtos e serviços. Para tanto, utilizam as pessoas como principal recurso, porque de fato as organizações são, principalmente, grupos sociais que utilizam outros recursos: matérias-primas, capital, trabalho e conhecimento (tecnologia). Este sistema transforma os recursos para produzir os resultados, utilizando um processo que reproduz a ordenação lógica e específica das atividades interligadas. (MOREIRA,1994).O processo é, conseqüentemente, a estrutura de ação do sistema, isso porque todos os sistemas podem ser desmembrados em processos.

As organizações são grupos sociais formais que se baseiam em normas explícitas que criam direitos e obrigações para seus membros, estabelecendo a orientação de que as organizações formais são burocracias, o que identifica as organizações em base normativa. As burocracias tendem a apresentar disfunções, que interferem com seu desempenho, motivo suficiente para estudar a organização sob a perspectiva de sua natureza burocrática.

Segundo Weber, as organizações formais ou burocráticas apresentam três características principais, que as distinguem dos grupos informais ou primários: formalidade, impessoalidade e profissionalismo. Essas três características formam o chamado tipo ideal de burocracia. O tipo ideal é o modelo abstrato que procura retratar os elementos que constituem qualquer organização. A finalidade expressa que as organizações são constituídas com base em normas e regulamentos explícitos, que estipulam os direitos e deveres dos participantes. Por impessoalidade entende-se que nenhuma pessoa é empregada ou vassala de outra. As relações entre as pessoas que integram as organizações burocráticas são governadas pelos cargos que elas ocupam, e pelos direitos e deveres investidos nos cargos.

No tipo ideal de burocracia, o que conta é o cargo e não a pessoa. As organizações formais são impessoais. A formalidade e a impessoalidade fazem a burocracia permanecer a despeito das pessoas, de tal sorte que, segundo Weber, mesmo no caso de revolução ou ocupação por inimigo, a máquina burocrática continua funcionando normalmente, da mesma forma como o fazia no governo legal anterior.(MAXIMINIANO,2000)

Em relação ao profissionalismo, significa dizer que os cargos oferecem aos seus ocupantes uma sucessão de estágios profissionais e meios de vida. O participante de uma burocracia é um elemento que faz do cargo um meio de vida, tendo remuneração em troca de seus préstimos. A participação nas burocracias tem um caráter ocupacional. O que reforça que as organizações formais são sistemas de trabalho que fornecem a seus integrantes meios de subsistência.

#### **Gouddner reforça esse tipo ideal de burocracia, sentenciando:**

“Nem toda associação formal possui o conjunto de características incorporadas no tipo ideal de burocracia. O tipo ideal pode ser usado, como uma medida que possibilita determinar em que aspecto particular uma organização é burocrática. O tipo ideal de burocracia pode ser usado como uma régua de 12 polegadas. Não se pode esperar que todos os objetos medidos pela régua tenham exatamente 12 polegadas – alguns terão e outros menos”.

As atuais organizações estão inseridas na chamada sociedade do conhecimento, na base do novo modo de produção e expressa também uma qualidade indispensável às pessoas que atuam nesta nova sociedade. Nessa sociedade, o trabalhador deixará de ser um especialista em uma única área, devendo ser capaz de lidar com questões e temas ligados a diversos ramos do conhecimento e estar apto a dominar temas e questões diferentes daquelas para as quais ele foi habilitado. Ao lado da flexibilidade, a multidisciplinaridade é uma característica forte e central para os profissionais que desejam progredir na “nova economia”.

Na sociedade do conhecimento insere-se a Inteligência Competitiva como um processo permanente e ético de coleta de informações das atividades desenvolvidas pelos concorrentes e das tendências gerais dos ambientes de negócios. Tem o objetivo de melhorar a posição competitiva da organização no mercado. Esse processo é sistemático e ético para preservar a imagem da organização entre os concorrentes e os clientes.

Na sociedade do conhecimento, a organização, em termos operacionais, para se adaptar nova ética do trabalho, que está surgindo[?], terá de remontar seus sistemas para trabalho, comunicação, compreensão, compensação e desenvolvimento de carreira (estágios profissionais). Não será fácil. Tampouco impossivel[!].

#### **Ética profissional: capital de credibilidade política**

Por oportuno, opto por fazer algumas considerações, tomando como ponto de partida as macromudanças pelas quais temos passado, para, posteriormente, tecer algumas considerações sobre as referências da ética profissional no campo da administração.

Se há uma expressão que possa caracterizar o atual estágio pelo qual a sociedade passa, esta é a mudança. Assistimos às mudanças sob todos os aspectos possíveis e imagináveis: de caráter social, político e econômico. Certamente o que mais tem chocado é o fato de que tais mudanças não são simplesmente alterações dos procedimentos tradicionais, mas se caracterizam pela profundidade e radicalidade com que se processam.

Uma área de grande relevância e sinalização é a tecnologia. Esta observação leva-nos à formulação de perguntas críticas, que exigirão respostas de curto prazo: quais as reformulações que se fazem necessárias no nosso sistema educacional? Como deverá ser estruturada a educação para o lazer? Como trabalhar a tecnologia que tanto influenciará o progresso das comunicações eletrônicas, permitindo o estímulo das formas clássicas de distração e cultura, em vez de competirem com elas?

No Brasil, há um considerável engajamento no processo de industrialização; preocupações de noções pós-industrialização, como as anteriormente citadas, já passam a fazer parte do nosso contexto. Alguns indicadores, como a institucionalização nas universidades de cursos voltados para o lazer, aí estão presentes. O motivo deste fato parece-nos evidente: em primeiro lugar, o estabelecimento de uma autêntica comunidade de informações que nos permite saber, em “tempo real”, os mais variados acontecimentos e comportamentos em nível mundial: em segundo, o “efeito-demonstração”, que nos faz incorporar hábitos e costumes às vezes bastante destoantes de nosso background cultural. A tendência, no que se refere à utilização do tempo real, é que haja um interstício curtíssimo entre descoberta e utilização. A consequência primordial, em termos organizacionais, é que somente aquelas instituições que forem capazes de inovar, de se manterem à frente dos acontecimentos, serão capazes de permanecer no mercado. Do ponto de vista social, há necessidade urgente de nos adequarmos ao novo ritmo com que os resultados das inovações se, processam.

A educação formal, especializada tem substituído a experiência, que tradicionalmente, era obtida mediante a vivência, pelo exercício contínuo de determinada atividade laboral. Atualmente, fica a produtividade do indivíduo dependente de sua capacidade de incorporar novas teorias e conceitos aprendidos na escola/universidade e de transferi-los para atividade diária,

dado que anos de experiência podem apenas significar, na realidade, uma única experiência várias vezes repetida e por falhas em seus primórdios, ou ainda a repetição dos mesmos erros ao longo do tempo.

A consciência de que a educação não é preparo para a vida, mas é a própria vida em si, e também a percepção da necessidade de o indivíduo não só se manter atualizado, mas também de gerar novos conhecimentos, têm levado a nossa sociedade a servir-se do que chamamos de educação permanente/continuada. Descolada dessa realidade, a sociedade volta-se à rápida obsolescência profissional.

A aceleração das mudanças tem conseqüências fortes para o indivíduo, isoladamente considerado. Em primeiro lugar, no que concerne ao seu conhecimento, que tende a se tornar obsoleto em curtíssimo espaço de tempo. Bennis afirma que estamos iniciando uma era em que o conhecimento do homem e a conseqüente abordagem e pontos de vista podem tornar-se obsoletos, mesmo antes de ele ter iniciado a carreira para a qual foi treinado. O valor daquilo que o indivíduo aprende está sempre fugindo, como o valor do dinheiro numa inflação galopante. Nós estamos vivendo numa era que pode ser caracterizada como a de uma inflação galopante de conhecimento e habilidades.

Um outro aspecto a ser considerado é o número de papéis exigidos do indivíduo, em virtude de ser incrementado sistemática e significativamente e, em conseqüência, o número de opções e decisões. O indivíduo sofre o impacto psicológico, quer queira ou não, em virtude do novo ritmo. Hoje podemos afirmar que o problema mais sério que o homem terá de enfrentar nos anos vindouros é a maior incerteza quanto à velocidade das mudanças. Trata-se de quanta mudança o ser humano pode aceitar, absorver ou assimilar, e em qual velocidade ele pode incorporá-la. Diante disso, fica uma interrogação: pode o indivíduo acompanhar o ritmo sempre crescente de mudanças tecnológicas, ou há um ponto no qual o organismo humano não suportará?

Erich Fromm fala-nos do “Homem Novo”, em seu livro *Ter e Ser* ele tece comentários sobre os dois relatórios referendados pelo chamado Clube de Roma; o primeiro desses relatórios foi coordenado por D.H. Meadows e o segundo por M. D. Pestel, sendo que ambos tratam das tendências tecnológicas, econômicas e demográficas em nível mundial. As conclusões dos relatórios são no sentido de que somente por meio de reformas muito substantivas, tanto de caráter econômico quanto tecnológico e político, em escala global, poder-se-á evitar a “catástrofe mundial maior e definitiva”.

Os dois relatórios afirmam que tais reformas só serão possíveis, se ocorrerem mudanças fundamentais nos valores e atitudes do homem, tais como uma nova ética e uma nova atitude para com a natureza. O que os relatórios salientam é que só será possível uma nova sociedade se, no processo de desenvolvimento desta, um Novo Homem também se desenvolver. Isso nos deixa diante da evidência: ser ético não é apenas ser bom, mas necessário e vital, por se tratar de uma questão de sobrevivência. “A necessidade de uma mudança humana profunda surge não apenas como um imperativo ético ou religioso, não apenas como uma exigência psicológica decorrente da natureza patogênica do nosso caráter social de hoje, mas também como uma condição para a simples sobrevivência da espécie humana. Viver corretamente não é mais apenas o cumprimento de ordem ética ou religiosa. Pela primeira vez na história, a sobrevivência física da espécie humana depende de uma radical mudança do coração humano. Uma transformação do coração humano, todavia, só é possível à medida que ocorram drásticas transformações econômicas e sociais, que proporcionem ao coração humano a oportunidade para a mudança, a coragem e a visão para consegui-la” (FROMM, 1977).

É sabido que os filósofos destacam que nenhuma consideração ética tem sentido senão dentro de um sistema coerente que inclua: a) pressupostos relativos à natureza do mundo ou do contexto dentro do qual se esteja atuando; b) noções sobre a natureza do homem, sua capacidade e suas limitações; c) alguma noção de propósito, que conceda significado não só às ações próprias que realize, bem como ao esforço cooperativo feito com as demais pessoas. À luz dessas convicções e para fins de análise das suas práticas éticas tradicionais, a organização em funcionamento pode ser considerada como um sistema coerente. Há referências de que Barnard foi um dos primeiros autores a destacar esses pontos, na sua ênfase sobre a qualidade moral da decisão voluntária de fazer parte do risco cooperativo que conhecemos como “organização”, onde a ética pode ser entendida como capital de credibilidade política.

No homem surge um fenômeno diferente. Aparece o conhecimento dos fins, a reflexão, a liberdade. É de forma consciente e fundamentalmente livre que o homem desenvolve sua atividade. “Somos à força livres”, diz Ortega y Gasset. Por isso, as leis que nos dizem respeito – leis humanas, éticas ou morais – apresentam características próprias. Dizem o que “deve ser” e não o que é. São imperativas ou normativas e não simplesmente enunciativas. Neste momento há de ser considerada a questão: como definir a lei humana ou ética? Para responder a ela, consideremos a palavra “ética”, derivada do grego “ethos”, significando costume. Assim, leis éticas são regras que dirigem o comportamento humano, estabelecendo direitos e deveres de ordem moral. São regras éticas: o respeito à dignidade humana, o dever de não mentir, a exigência da solidariedade, a prática da justiça, o respeito às leis da natureza e preceitos semelhantes.

À lei humana ou à ética aplica-se a famosa definição de Cícero, que reproduz a sabedoria clássica e pode ser assim sintetizada: uma lei verdadeira, norma racional, conforme a natureza, inscrita em todos os corações, tem Deus por autor; não pode, por isso, ser revogada nem pelo Senado, nem pelo povo; e o homem não pode violar sem negar a si mesmo e à sua natureza e receber o maior castigo”. A ética nos fornece as regras fundamentais da conduta humana, delimitando o exercício

da atividade livre. Fixa “os usos e abusos da liberdade”, na feliz expressão de W. Cox, que deu a seu tratado de Ética o título: “Liberty: its use and abuse”.

Essa concepção de uma base ética objetiva no comportamento das pessoas e nas múltiplas modalidades da vida social foi esquecida ou contestada por fortes correntes do pensamento moderno. Concepções de inspiração positivista, relativista ou cética e políticas voltadas para o “homo economicus” passaram a desconsiderar a importância e a validade das normas de ordem ética no campo da ciência e do comportamento dos homens, da sociedade, da economia e do Estado. Montoro assegura-nos: “... é quase universal a retomada dos estudos e exigências da ética na vida pública e na vida privada, na administração e nos negócios, nas empresas e na escola, no esporte, na política, na justiça, na comunicação”. José Arthur Gianotti pergunta: “Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo?” A resposta fica ao encargo de cada um de nós, após a exigida reflexão. Queiramos ou não, fazemos parte do mundo e da sociedade. E não somos “coisas”, somos “pessoas”. Assim, deixemos a coisificação de lado e trabalhemos sobre o propósito de construir uma sociedade justa, como perspectiva da consciência comum da humanidade.

Laura Nash, professora da Universidade de Harvard, afirma: “estamos em um novo estágio da ‘evolução’ dos conceitos éticos”, fundamentada na observação de que as mudanças nos negócios, o surgimento de novas tecnologias e a rapidez com que as informações circulam estão fazendo com que os empresários se preocupem ainda com questões éticas. Isso ratificado com o começo da criação dos próprios códigos de ética, citando-se que 95% das empresas americanas já possuem algo neste sentido, visto que a tecnologia, tanto quanto o conhecimento, são o novo alvo da ética empresarial.

O processo pedagógico para a educação do futuro tem um compromisso explícito nos aspectos da internalização de valores, de responsabilidade social, de justiça e ética profissional, dada a exigência da formação humanística para compreender o meio social, político e econômico num mundo diversificado e interdependente. A educação do futuro, sem qualquer dúvida, deverá ensinar a ética da compreensão de estarmos prontos para o inesperado, isto porque a educação é, ao mesmo tempo, transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo, tendo como cerne o desenvolvimento de uma postura para uma nova missão, qual seja a busca de novos conhecimentos, sem esquecer os antigos saberes disseminados na sociedade, que exige ‘e muito’ da ética profissional, principalmente nos aspectos da autenticidade da informação acadêmica.

### **Conclusão**

O que chamamos de ética nasce do reconhecimento de que nossas ações têm conseqüências, como também de que nossos interesses de longo prazo, às vezes, se constituem em freios para impulsos momentâneos, isso porque a ética é o equivalente de um controle interior, ou autodisciplina, que governa a ação do indivíduo. Cada indivíduo tem sua própria ética, uma vez que há sempre alguns impulsos imediatos que serão refreados em favor de outros objetivos ou considerações maiores ou de longo prazo, os quais moderam a ação de cada um.

A ética é um sistema ideal de grande nobreza na teoria, mas inaproveitável em sua totalidade, na prática. O contrário dessa afirmação está mais próximo da verdade; um juízo ético que não é bom na prática deve ressentir-se também de um defeito teórico, pois a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática.

### **Referências bibliográficas**

- BETHLEM, Agrícola. Estratégia empresarial: conceitos, processos e administração estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CARAVANTES, Geraldo R. Contexto e ética: o perfil do novo administrador. 2.ed. Porto Alegre: Pallotti, 1991.
- CAVALCANTI, Marcos, et al. Gestão de empresas na sociedade do conhecimento: um roteiro para a ação. Rio de Janeiro: 2001.
- CLELAND, David I., KING, Willian R. Systems analysis and project management. New York; McGraw-Hill, 1975.
- DUSSEL, Enrique. Ética comunitária. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LADIÈRE, Jean. Ética e pensamento científico: abordagem filosófica da problemática bioética. São Paulo: Letras e Letras, 1992.
- MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 5. ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.
- MOREIRA, Daniel Augusto. Reengenharia: dinâmica para a mudança. São Paulo: Pioneira, 1994.
- SENGER, Peter. Ética prática. Tradução de Jefferson Luís Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TUGENDHAT, Ernest. Lições básicas de ética. Petrópolis: Vozes, 1997.